

- «Arquivos privados do Vinho do Porto — O acesso à informação» (2004) (em colaboração);
- «Arquivos sindicais: Disponibilização da informação» (2003);
- «O arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro» (2003) (em colaboração);
- «Inventário do arquivo do Instituto do Vinho do Porto» (2003) (em colaboração);
- «Gerir arquivos. Construir memórias» (2002) (em colaboração);
- «Eça de Queirós, 1845-1900» [CD-Rom] (2001) (em colaboração);
- «Uma cidade em (r)evolução: Recuperação do arquivo SAAL/N» [CD-Rom] (2001) (em colaboração);
- «A arte da tanoaria», Porto, 1997;
- «A cerâmica portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas» (1995) (em colaboração);
- «Gerir os documentos e valorizar o património. Dos arquivos da maturidade para os arquivos distritais» (1994) (em colaboração);
- «Recenseamento de arquivos municipais: Contributo para a implementação de uma política arquivística» (1994) (em colaboração);
- «Guia do Arquivo Distrital do Porto. Uma experiência de tratamento documental — 1990-1992» (1993) (em colaboração);
- «Arquivos sindicais do distrito do Porto» (1984).

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

**Despacho (extracto) n.º 17 940/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Julho de 2005 do director nacional, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os assistentes administrativos principais abaixo indicados, ficando posicionados no escalão e índice referidos:

Clas.	Identificação	Posicionamento escalonar	
		Escalão	Índice
1.º	M/2416, Maria da Graça Santos Churro . . .	1.º	269
2.º	M/1388, Helena Maria da Cruz Ferreira Silva . . . . .	1.º	269
3.º	M/2353, Clarinda Tão Alves Moreira . . . . .	1.º	269
4.º	M/2294, Paula Alexandra dos Santos Martins . . . . .	1.º	269
5.º	M/2252, Vandas Ribas Beltran Franco . . . . .	1.º	269
6.º	M/2350, Maria da Graça Loureiro Esteves . . . . .	1.º	269
7.º	M/2420, Dora Gabriela Alves de Sousa . . . . .	1.º	269
8.º	M/1787, Maria Cecília Mateus dos Santos Gouveia . . . . .	4.º	316
9.º	M/1619, Maria Laura Amaral Faria Simões . . . . .	1.º	269
10.º	M/2419, Rosa Maria Ribeiro Moreira Teixeira . . . . .	2.º	280
11.º	M/00898, Maria da Conceição Pascoal Piteira . . . . .	4.º	316

19 de Julho de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**Despacho conjunto n.º 605/2005.** — Considerando que a UMIC — Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P., criada pelo Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, é um instituto público que tem por missão o planeamento, a gestão, a coordenação e o

desenvolvimento de projectos nas áreas da sociedade da informação e governo electrónico;

Considerando que cabe ao conselho directivo, órgão colegial, a definição da actuação da UMIC, bem como a direcção dos respectivos serviços;

Considerando que, de acordo com o artigo 16.º do mencionado diploma legal, o estatuto remuneratório dos membros do conselho directivo da UMIC é fixado por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do membro do Governo que tutela a área da sociedade da informação e vigora até à entrada em vigor do diploma referido no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando o elevado grau de exigência da intervenção pública em matéria de dinamização das actividades a desenvolver no domínio da sociedade da informação e governo electrónico;

Determina-se, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 16/2005, de 18 de Janeiro, o seguinte:

1 — O presidente do conselho directivo da UMIC auferirá uma remuneração correspondente a presidente do conselho de administração de empresa pública, grupo B, nível 1.

2 — Os vogais do conselho directivo da UMIC auferem, individualmente, uma remuneração correspondente a vogal do conselho de administração de empresa pública, grupo B, nível 1.

19 de Julho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote*, Secretária de Estado do Tesouro e Finanças. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

**Portaria n.º 810/2005 (2.ª série).** — Louvo o coronel de artilharia NIM 13078471, José António Machado Alves de Matos, pela forma altamente dedicada, eficiente, permanente disponibilidade e inextinguível sentido de responsabilidade como desempenhou as funções de director técnico do Projecto n.º 1, «Apoio técnico à organização superior da defesa e das forças de defesa de Moçambique», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar Luso-Moçambicana.

Mercê do seu empenho pessoal e do elevado profissionalismo com que efectuou inúmeros pareceres e propostas sobre as mais diversas matérias com que a Cooperação Técnico-Militar se vê confrontada, contribuiu em permanência para a consolidação do Projecto, que dirigiu, revelando, a par de um excepcional sentido do dever, elevadas capacidades de análise e síntese, atributos que foram de enorme utilidade para informação e apoio para a tomada de decisão do director-geral de Política de Defesa Nacional, nomeadamente nos assuntos que relevam do apoio à organização, modernização e funcionamento do Sistema de Defesa Nacional Moçambicano, bem como das suas Forças Armadas.

De salientar, também, que o envolvimento no planeamento do processo relativo ao levantamento da Academia das Forças Armadas de Moçambique foi em grande medida decisivo para a eficácia e sucesso da execução técnica deste Projecto, merecendo destaque a sua acção na elaboração de estudos e planos e apresentação de propostas ajustadas, coerentes e fundamentadas, nomeadamente de orientações para a concepção dos respectivos instrumentos jurídico-legais, revelando elevada competência técnico-profissional e superior espírito de colaboração.

Ao longo do período da sua missão, merece ainda destaque a sensibilidade e o pragmatismo com que tratou os assuntos que se lhe depararam, muitas vezes, de elevada complexidade, especialmente os relativos à colaboração que lhe foi solicitada no âmbito do Sistema de Protecção Civil e Apoio de Emergência de Moçambique, que muito contribuíram de modo relevante para a eficácia das capacidades instaladas pela Cooperação Técnico-Militar e visibilidade e prestígio de Portugal.

Possuidor de reconhecida verticalidade, extremamente sensato e ponderado, agindo com inegável lealdade e elevado espírito de missão, esmerado no trato e sabendo estimular o bom relacionamento pessoal, reuniu com naturalidade a estima, o respeito e a admiração dos oficiais nacionais e moçambicanos que com ele lidaram continuamente.

Do excelente desempenho das suas funções resultou o reconhecimento público de autoridades políticas e militares de Moçambique e neste contexto são de relevar os encómios que o Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique achou por bem registar no que se refere ao coronel Alves de Matos.

Oficial de elevadas qualidades pessoais e profissionais, onde sobressaem vincados dotes de carácter e lealdade, detentor de profundos